

**A SUMMA LOGICAE DE GUILHERME DE OCKHAM (PARTE II, CAPÍTULOS 1-2)**  
THE SUMMA LOGICAE OF WILLIAM OF OCKHAM (PART II, CHAPTER 1-2)

Pedro Leite Junior<sup>1</sup>

## 1. Apresentação

Guilherme de Ockham (1280/1285 – 1347/1350) é corretamente reconhecido como um dos mais significantes lógicos da Idade Média. Ockham considera que a lógica é crucial para o avanço do conhecimento. Assim, para ele, a lógica é, dentre todas as artes, o instrumento mais apto, aquele sem o qual nenhuma outra ciência pode ser perfeitamente conhecida. Neste âmbito, sua obra magna é a *Summa Logicae*<sup>2</sup>. A obra está dividida em três grandes partes.

A parte I trata dos termos. Nesta é apresentado um acurado estudo das divisões e funções que os termos desempenham no âmbito da linguagem. De fato, Ockham examina e desenvolve a teoria semântica das propriedades dos termos. Ademais, inclui uma discussão dos cinco ‘predicáveis’ da *Isagoge* de Porfírio e de cada uma das dez categorias de Aristóteles. Ao final encontra-se uma exposição de um dos importantes tópicos da lógica terminista, a saber, a teoria semântica da ‘suposição’.

A Parte II trata das proposições. Nesta é fornecida uma sistemática teoria das condições de verdade acerca dos quatro tipos de proposições assertóricas categóricas, a partir do ‘Quadrado das Oposições’. Além disso, é apresentada uma teoria a respeito de proposições categóricas e hipotéticas (ou moleculares) temporais e modais.

A Parte III trata dos silogismos e está subdividida em quatro subpartes. A Parte III-1 trata dos silogismos, incluindo uma completa teoria da silogística modal. A Parte III-2, em particular, aborda o silogismo demonstrativo. A Parte III-3 apresenta a teoria das consequências de Ockham, embora também inclua discussões dos paradoxos semânticos

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>2</sup> Guilherme de OCKHAM. *Summa Logicae*. In: Opera Philosophica I. Ed. Ph. Boehner, G. Gál e S. Brown. Cura Instituti Franciscani, Universitatis S. Bonaventurae, St. Bonaventurae, N. Y., 1974. Da Parte I há traduções em línguas estrangeiras e uma tradução para o português, a saber: Guilherme de OCKHAM. **Lógica dos termos**. Tradução de Fernando Pio de Almeida Fleck. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. Da Parte II, por sua vez, há duas traduções para línguas estrangeiras, respectivamente o francês e o inglês: Guillaume D’OCKHAM: **Somme de Logique. Deuxième Partie**. Traduit du latin par Joël Biard. Édition T.E.R.: Mauvezin, 1996; William of OCKHAM. **Ockham’s Theory of Propositions: Part II of the Summa Logicae**. Translated by Alfred J. Freddoso and Henry Schuuman. Introd. Alfred J. Freddoso. Indiana: St. Augustine’s Press, 1998. Até o momento, que eu saiba, não há tradução da Parte III.

(também conhecido como *Insolubilia*), como, por exemplo, o ‘Paradoxo do Mentiroso’ e da disputa designada como *Obligatio*. A Parte III-4 é uma discussão sobre as falácias.

A Parte II é a mais breve das três que compõem a Suma Lógica. Ela é composta de 37 capítulos. Em sua estrutura geral, entre os capítulos de 1 a 20, Ockham estabelece as condições de verdade das diferentes espécies de proposições. A seguir, entre os capítulos 21 a 37, ele analisa as relações de conversão entre proposições.

No capítulo 1, Ockham faz a divisão geral das proposições. De fato, ele apresenta sete distinções entre as proposições explicando-as e as exemplificando. A primeira distinção é entre proposições categóricas e proposições hipotéticas, sendo essa última é dividida em copulativas, disjuntivas, condicionais, causais e temporais. A segunda distinção diz respeito a proposições modais e proposições de inerência. A terceira distinção trata de proposições categóricas equivalentes a proposições hipotéticas e proposições categóricas não equivalentes a proposições hipotéticas. A quarta distinção é entre proposições afirmativas e negativas. A quinta entre proposições universais, particulares, indefinidas e singulares. Na sexta é exposta a distinção entre proposições de tempo, isto é, proposições do presente, proposições do passado e proposições do presente equivalentes a proposições do passado e do futuro. Por fim, a distinção entre proposições no caso nominativo [*in recto*] e proposições no caso oblíquo [*in obliquo*].

A partir do capítulo 2, Ockham inicia o estudo acerca do estabelecimento das condições de verdade das diferentes espécies de proposições; especificamente neste capítulo aborda o que é requerido para a verdade de proposições singulares de inerência [*de inesse*]; no presente [*de praesenti*]; no caso nominativo [*de recto*] sujeito e do predicado e de proposições não equivalentes a uma proposição hipotética.

A notação da tradução utiliza “[ ]” a fim de indicar a inclusão de termos para a claridade do texto. A utilização de “( )” mostram as palavras latinas em itálico que servem para esclarecer os conceitos. As notas foram reproduzidas do original e traduzidas quando necessário. Há notas iniciadas por “\*” que indicam outra opção de tradução.

## 2. Tradução

### PARTE II. SOBRE AS PROPOSIÇÕES

#### Capítulo 1

#### Sobre a divisão geral das proposições

Depois que foram ditas algumas coisas sobre os termos, agora, em segundo lugar, deve ser dito sobre as proposições<sup>3</sup>. E, primeiramente, devem ser postas algumas divisões; em segundo lugar, deve ser visto o que é requerido e o que basta para a verdade da proposição; em terceiro lugar, devem ser investigados alguns aspectos sobre a conversão das proposições.

Acerca do primeiro ponto, deve ser sabido que uma divisão de proposições é que algumas das proposições são categóricas, outras são hipotéticas. A proposição categórica é aquela que tem sujeito, predicado e cópula, e não inclui mais proposições de tal sorte. A proposição hipotética é aquela que é composta a partir de várias [proposições] categóricas. Ela é dividida em cinco espécies, segundo a opinião comum<sup>4</sup>, a saber, em copulativa, disjuntiva, condicional, causal e temporal.

A [proposição] copulativa é aquela que é composta de várias proposições, sejam categóricas ou hipotéticas, seja uma categórica e outra hipotética, mediante esta conjunção ‘e’. Um exemplo do primeiro [tipo] é este: ‘Sócrates corre e Platão debate’. Um exemplo do segundo [tipo]: ‘se Sócrates existe, existe um animal, ou Sócrates corre e Platão debate’. Um exemplo do terceiro [tipo]: ‘se um homem corre, um animal corre e Sócrates debate’. Contudo, porque tais [proposições] raramente são usadas, por isso mesmo pretendo falar especificamente sobre as primeiras, que, a saber, são compostas de duas [proposições] categóricas.

A proposição disjuntiva é aquela que é composta de várias proposições mediante esta conjunção ‘ou’.

---

<sup>3</sup> Sobre os enunciados muito é ensinado por Ockham in **Expositione libri Periherm. Aristot.**, que é a última parte da **Expositionis Aureae**, ed. Bononiae, 1496; cf. Aristóteles., *Anal. Priorat I*, cc. 1-3 (24a 10 - 25b 25).

<sup>4</sup> Cf. Boethius, **De syllogismo hypothetico** (PL 64, 831-35); et Petrus Hispanus, **Summulae Logicales**, *tract. I* (ed. cit., p. 7s.), que, no entanto, não trata a proposição causal e de temporal.

A [proposição] condicional é aquela que é composta de várias proposições mediante esta conjunção ‘se’, assim como ‘se um homem corre, um animal corre’, ou ‘um homem existe, se Sócrates existe’; porque não importa se esta conjunção está colocada antes da primeira proposição ou se está colocada entre aquelas proposições.

A proposição causal é aquela que é composta de várias proposições mediante esta conjunção ‘porque’ (*quia*), assim como ‘porque um homem corre, um homem é movido’.

A [proposição] temporal é aquela que é composta de duas proposições mediante algum advérbio de tempo, como ‘quando Sócrates corre, Platão debate’; semelhantemente ‘enquanto Sócrates corre, João é um homem’, e assim quanto aos demais casos.

Uma outra divisão da proposição é que uma certa [proposição] é uma proposição de inerência (*de inesse*) e uma certa [proposição] é de modo ou modal. Uma proposição modal é aquela na qual é posto o modo. Uma proposição de inerência é aquela que está sem o modo.

E deve ser sabido que todos os Sofistas<sup>5</sup> como que concordam que tão somente quatro modos, a saber, ‘necessário’, ‘impossível’, ‘contingente’ e ‘possível’, formam uma proposição modal, e isto porque o Filósofo não faz menção a mais modos, e nem determinou sobre mais [modos] no Livro I dos *Primeiros analíticos*<sup>6</sup>, tratando da conversão de tais proposições e dos silogismos compostos a partir delas. Contudo, haja vista que ele não negou outros [modos], por isso mesmo, falando-se mais geralmente, pode ser dito que mais do que quatro são os modos que formam as proposições modais.

E acerca disso, deve ser sabido que a proposição é chamada de modal por causa do modo adicionado na proposição. Mas, nenhum modo é suficiente para fazer uma proposição modal, mas é necessário que seja um modo predicável de proposição toda, e, por isso, é propriamente chamado ‘modo proposicional’ na medida em que é verificável desta mesma proposição. E, por tal modo, ou um advérbio predicável de tal sorte, se tiver um advérbio, ou o verbo é chamado de proposição modal. Mas, tais modos são mais do que os quatro anteriormente ditos: pois assim como uma proposição, outra é impossível, outra possível, outra contingente, deste modo uma proposição é verdadeira, outra falsa, outra conhecida,

---

<sup>5</sup> Cf. Albertus Magnus, **Liber II Periherm.**, *tract. II, c. I* (ed. A. Borgnet, I, Parisiis 1890, 440-42); Thomas Aquinas (?), **De propositionibus modalibus** (Opusc. XXXVI); **Summulae Dialectices** atribuída a Rogero Bacon, ed. R. Steele, **Opera hactenus inedita Rogeri Baconi**, Fasc. XV, Oxonii 1940, 263s.

<sup>6</sup> Cf. Aristot., **Anal. Priora**, I, cc. 2-3, 25a 1 - 25b 25.

outra ignorada, outra falada, outra escrita, outra concebida, outra crida, outra opinada, outra duvidada, e assim por diante. E, por isso mesmo, assim como uma proposição é dita modal na qual é posto este modo ‘possível’ ou ‘necessário’ ou ‘contingente’ ou ‘impossível’, ou um advérbio de algum desses [modos], deste modo pode ser dito igualmente, de modo racional, uma proposição modal na qual é posto algum dos modos acima mencionados. E, por isso, assim como esta [proposição] é modal ‘é necessário que todo homem seja um animal’ e, semelhantemente, esta [proposição] ‘todo homem necessariamente é um animal’, assim também é esta [proposição] modal ‘é conhecido que todo homem é um animal’, ‘todo homem é conhecido ser um animal’, semelhantemente ‘é verdade que todo homem é um animal’, e assim por diante.

E se for perguntado por que o Filósofo não tratou destas [proposições], e nem enumerou estas entre as proposições modais, deve ser dito que o Filósofo, considerando brevemente, - porque aquilo que ele disse sobre as outras [proposições] pode ser aplicado a estas – não quis tratá-las de maneira expansiva. De que modo, porém, muito do que foi dito sobre as outras [proposições] modais poderá ser aplicado a estas, [isso] ficará manifesto no que segue<sup>7</sup>.

A terceira divisão das proposições categóricas pode esta que alguma proposição categórica é equivalente à proposição hipotética, ainda que seja categórica, outra, porém, não é assim equivalente à proposição hipotética. As primeiras proposições são exclusivas, exceptivas<sup>8</sup>, reduplicativas e determinadas outras. Por isso mesmo, sempre que um termo concreto, pelo primeiro modo, for feito predicado ou for feito sujeito, tal proposição equivale a uma proposição hipotética, assim como ficará evidente. As outras são como tais [proposições] ‘um anjo é substância’, ‘Deus existe’, ‘Deus é Pai’ e deste tipo.

Uma outra divisão das proposições é que uma [proposição] é afirmativa e uma [proposição] é negativa<sup>9</sup>.

Uma outra divisão é que uma determinada [proposição] é universal, uma é particular, uma é indefinida, uma é singular. Uma proposição universal é aquela na qual é feito sujeito um termo comum determinado por um signo universal, seja ela afirmativa ou negativa, assim

<sup>7</sup> Infra, cap. 29.

<sup>8</sup> \* Ou: “de exceção”.

<sup>9</sup> Cf. Aristot., *Anal. Priora*, I, c. 1, 24a 16-22.

como ‘todo homem é um animal’, ‘nenhum homem é um animal’, ‘cada um destes corre’, e assim sobre os demais casos. Uma proposição particular é aquela na qual é feito sujeito um termo comum determinado pelo signo particular, assim como ‘algum homem corre’, ‘um determinado homem corre’, e assim sobre os demais casos. Uma proposição indefinida é aquela na qual é feito sujeito um termo comum tanto sem o signo universal quanto sem o particular, assim como ‘um homem é um animal’, ‘um animal corre’, e assim sobre os demais casos. Uma proposição singular é aquela na qual é feito sujeito um nome próprio de alguém ou um pronome demonstrativo, ou um pronome demonstrativo com um termo comum. Um exemplo do primeiro [caso] ‘Sócrates corre’; um exemplo do segundo ‘este corre’, tendo sido mostrado quem quer que seja; um exemplo do terceiro ‘este homem é um animal’.

Contudo, sobre muitas proposições pode-se ter dúvida quantas são, assim como sobre estas:

‘Estes correm’.

‘Um destes corre’.

Semelhantemente acerca da parte copulativa, em que é feito sujeito algum [pronome] relativo, assim como ‘Sócrates corre, e aquele debate’.

Semelhantemente acerca de tais [proposições] ‘não é o caso que todo homem corre’, ‘não é o caso que nenhum homem é um animal’ e deste tipo.

Semelhantemente acerca de tais [proposições] ‘o homem é uma espécie’, ‘o animal é um gênero’, ‘homem está no nominativo’ e deste tipo.

Semelhantemente acerca de tais [proposições] ‘Deus cria’, ‘Deus gera’, ‘Deus é Pai, Filho e Espírito Santo’.

Quanto ao primeiro destes [exemplos], deve ser dito que esta é [uma proposição] singular ‘estes correm’, porque tal pronome demonstrativo está na posição do sujeito.

E caso seja dito que a uma proposição singular jamais é adicionado, de maneira conveniente, um signo universal, assim como não é dito de maneira conveniente ‘todo Sócrates corre’, assim também não é dito de maneira conveniente ‘todo este corre’ ou ‘todo este é um animal’, mas é dito de maneira conveniente ‘todos estes correm’, portanto esta proposição ‘estes correm’ não é singular:

Deve ser dito que, segundo o modo comum de falar, a um termo plural, ainda que seja um pronome demonstrativo, é adicionado convenientemente um tal signo, ainda que talvez, falando em sentido estrito, não deveria ser-lhe adicionado, porque estas duas [proposições] são totalmente equivalentes<sup>10</sup> ‘estes correm’ e ‘todos estes correm’. Se a segunda [proposição] é própria, nada de diferente é trazido por uma do que por outra. Contudo, assim como às vezes a mesma expressão é repetida da parte do mesmo extremo por causa de uma certa causa, assim também por causa de uma maior expressão ou impressão, ou por causa de alguma causa tal é adicionado um signo universal a tal pronome plural, embora pelo sentido literal e pelo sentido próprio não deveria ter-lhe sido adicionado.

Quanto ao segundo [exemplo], deve ser dito<sup>11</sup> que esta [proposição] ‘um destes corre’ é indefinida, assim como ‘cada um destes corre’ é universal, porque tal signo universal, distribuindo somente sobre dois [objetos], pode ser adicionado a um pronome plural e tornar [uma proposição] uma proposição universal. E, por isso mesmo, o que foi dito antes<sup>12</sup>, [isto é,] que é singular aquela proposição na qual é feito sujeito um pronome demonstrativo, deve ser entendido quando aquele pronome é tomado no nominativo; quando, porém, é tomado no caso oblíquo, não é necessário, mas poderá ser universal ou indefinida. E, do mesmo, quando é dito que uma proposição universal é aquela na qual é feito sujeito um termo comum com um signo universal, deve ser entendido o seguinte: quando [também] é adicionado tal signo a um pronome no caso genitivo. E, por isso, são universais tais [proposições] ‘cada um destes corre’, ‘quaisquer destes é um homem’, e assim sobre os demais casos. Semelhantemente, são particulares tais [proposições] ‘algum destes corre’, ‘algum destes é um animal’, porque é adicionado um signo particular ao pronome no caso genitivo plural, e o signo é tomado no nominativo.

Quanto ao terceiro [exemplo], deve ser dito<sup>13</sup> que quando o pronome relativo se refere ao nome discreto, então, torna a proposição singular; quando se refere ao nome comum, então torna a proposição indefinida. E por isso, nesta proposição ‘Sócrates corre e ele disputa’, embora seja própria, a segunda parte da [proposição] copulativa é singular. Mas a segunda parte desta [proposição] copulativa ‘um homem corre e ele disputa’ é indefinida, e isso porque

---

<sup>10</sup> \* Ou: “equipolentes”.

<sup>11</sup> Supra, lin. 96. [cf. ed. original].

<sup>12</sup> Supra, lin. 88-90. [cf. ed. original].

<sup>13</sup> Supra, lin. 97-98. [cf. ed. original].

o pronome relativo supõe pelo mesmo ou pelos mesmos pelo qual ou pelos quais supõe o seu antecedente, e por isso deve fazer respectivamente a proposição singular ou indefinida, conforme se o antecedente é nome discreto, ou próprio, ou comum.

Quanto ao quarto [exemplo], deve ser dito<sup>14</sup> que são particulares tais proposições ‘não é o caso que todo homem corre’ e ‘não é o caso que todo nenhum homem é um animal’, e isto porque a negação precede o signo universal. E, por isso, quando se diz que a proposição particular é aquela na qual é feito sujeito o termo comum, etc., deve ser entendido: se a negação não precede um signo particular, e quando é feito sujeito um termo comum com um signo universal precedido pela negação. E por isso, são particulares tais proposições ‘não é o caso que todo homem corre’, ‘não é o caso que nenhum homem é um animal’; e são universais tais proposições ‘não é o caso que algum homem corre’, ‘não é o caso que um determinado homem não corre’, e outras semelhantes.

Quanto a outra dúvida<sup>15</sup> [quinto exemplo]: a respeito de proposições como ‘o homem é espécie’, ‘o animal é gênero’, ‘homem está no nominativo’, e de modo universal quando o termo supõe simplesmente ou materialmente, pode ser dito quase ao bel prazer ou que são proposições singulares ou indefinidas, porque isto, mais do que da coisa, depende da intenção daqueles que usam esses termos ‘proposição singular’, ‘proposição indefinida’.

E por isso aquele que quer dizer que universalmente é indefinida aquela proposição na qual é feito sujeito o termo comum sem um signo e sem uma negação precedente, deve dizer que todas as proposições desse modelo são indefinidas. Aquele, porém, que quer utilizar de outra maneira, deve dizer de outra maneira; porque deve dizer que não é suficiente que assim seja tomado como sujeito o termo comum, mas é necessário acrescentar que tal termo comum supõe pessoalmente; e então são singulares todas as proposições deste tipo onde os termos supõem simplesmente ou materialmente.

Quanto ao outro<sup>16</sup> [argumento], [responde-se] praticamente pelo mesmo: porque o que quer chamar uma proposição indefinida toda a proposição na qual é feito sujeito um termo predicável de muitos supósitos distintos realmente, deve dizer que estas [proposições] ‘Deus gera’, ‘Deus cria’ e deste tipo são indefinidas, e isso porque ‘Deus’ é tal termo predicável de

---

<sup>14</sup> Supra, lin. 99-100. [cf. ed. original].

<sup>15</sup> Supra, lin. 101-102. [cf. ed. original].

<sup>16</sup> Supra, lin. 103-104. [cf. ed. original].

muitos. O que, porém, quer dizer que a proposição não é indefinida a não ser que seja predicado um termo comum a muitos, os quais não são uma única coisa pura e simplesmente, deve dizer que ‘Deus cria’ e deste tipo são [proposições] singulares, e não indefinidas.

Deve ser dito, portanto, que uma proposição universal é aquela na qual é feito sujeito um termo comum determinado pelo signo universal, sem a negação precedente, por causa de tais [proposições] ‘não é o caso que todo homem corre’, ‘não é o caso que nenhum homem é um animal’; ou na qual é feito sujeito um termo comum sem o signo universal, com a negação precedente, por causa de tais [proposições] ‘não é o caso que algum homem corre’, ‘não é o caso que um homem é um animal’, as quais são universais; ou na qual é feito sujeito um pronome demonstrativo do caso genitivo plural com o signo universal, sem a negação precedente, por causa de tais [proposições] ‘cada um dos dois corre’, ‘todo e qualquer destes é um homem’; ou na qual é feito sujeito um pronome relativo referente ao seu antecedente, permanecendo confusa e distributivamente, por causa de tais [proposições] ‘todo homem corre e aquele debate’, porque a segunda parte da copulativa é universal assim como a primeira. E a estes [casos] deve ser adicionado que um tal termo supõe pessoalmente, segundo uma opinião. E, por isso mesmo, segundo aquela opinião esta [proposição] ‘todo homem: é um termo comum com signo universal’ não é universal, e nem esta ‘todo homem: é composto do termo comum e do signo universal’. Mas, segundo esta opinião deve ser concedido, em sentido literal, que uma mesma proposição idêntica, pelo número, é universal e singular, porque na mesma proposição pelo número o mesmo termo pode supor simples ou materialmente e pessoalmente. E se o termo supõe simples ou materialmente, a proposição será singular; se pessoalmente, ela será universal. A título de exemplo, seja colocado que há duas pessoas que me respondem, e que para uma delas, quando eu profiro esta proposição ‘todo homem: é um termo comum determinado pelo signo universal’ eu determine que eu quero que esta expressão ‘todo homem’ esteja materialmente, então este concederia que ela é singular; ao outro que eu determine que eu quero que o sujeito esteja pessoalmente, então aquele concederia que ela é universal. Tendo sido posto isso, uma única proposição é enunciada e, contudo, um deles, respondendo com correção, dirá que ela é singular e o outro que ela é universal; e, por conseguinte, uma única proposição será singular e universal. E tampouco isso é mais inconveniente que dizer que uma mesma proposição, pelo número, é conhecida e desconhecida, porque a conhecida a um é desconhecida ao outro. E, deste modo,

deve ser concedido em sentido literal, segundo esta opinião, que uma mesma proposição, pelo número, é verdadeira e falsa; necessária e impossível, e que o mesmo silogismo é uma demonstração e um silogismo sofisticado, que peca na forma.

O que, contudo, deverá ser dito sobre estes [casos], ficará manifesto no que segue<sup>17</sup>.

A partir do que foi dito, é possível facilmente saber que uma proposição é universal, que uma é indefinida e uma é singular.

A sexta divisão das proposições pode ser esta que determinadas proposições são do presente, assim como estas ‘um homem é um animal’, ‘um homem corre’ e deste tipo; determinadas são do passado, assim como estas [proposições] ‘Sócrates foi um homem’, ‘Sócrates foi branco’ e deste tipo. Determinadas [proposições], segundo a forma da palavra, são do presente e, contudo, equivalem a proposições do passado ou do futuro, assim como tais [proposições] ‘isto é futuro’, ‘isto é passado’ e deste tipo.

Uma outra divisão é que determinadas proposições são no nominativo e determinadas no caso oblíquo; e às vezes o oblíquo é posto da parte do sujeito, assim como ‘um homem vê um asno’ (*hominem videt asinus*), às vezes da parte do predicado, assim como aqui ‘um asno é de um homem’ (*asinus est hominis*).

## Capítulo 2

### **O que é requerido para a verdade de uma proposição que é singular e de inerência**

Tendo sido anunciadas as divisões das proposições, que não são, contudo, subordinadas [uma à outra], deve ser visto o que é requerido para a verdade das proposições. E, primeiramente, sobre as proposições singulares de inerência (*de inesse*), no presente (*de praesenti*) e no nominativo (*de recto*), tanto da parte do sujeito quanto da parte do predicado, e não equivalentes a uma proposição hipotética.

---

<sup>17</sup> Cf. infra, cap. 3-4.

E acerca disso deve ser dito que, para a verdade de tal proposição singular, que não equivale a muitas proposições, não é requerido que o sujeito e o predicado sejam idênticos realmente. E tampouco [é requerido] que o predicado, da parte da coisa, seja no sujeito ou se encontre realmente no sujeito – assim como, para a verdade desta [proposição] ‘este é um anjo’ não é requerido que este [termo] comum ‘anjo’ seja realmente idêntico com isto que é posto da parte do sujeito; e tampouco [é requerido] que ele se encontre naquele realmente, e nem algo de tal sorte –, mas é suficiente e é requerido que o sujeito e o predicado suponham pelo mesmo. E, por isso mesmo, se nesta [proposição] ‘este é um anjo’ o sujeito e o predicado supõem pelo mesmo, a proposição será verdadeira. E, por isso, não está expresso que este tenha a angelidade (*angelitatem*) ou que neste seja a angelidade (*angelitas*) ou algo deste tipo, mas é expresso que este é verdadeiramente um anjo; não, com efeito, que seja aquele o predicado, mas que ele seja aquilo pelo que o predicado supõe.

Semelhantemente, também por tais proposições ‘Sócrates é homem’, ‘Sócrates é animal’ não é denotado que Sócrates tenha a humanidade ou a animalidade; e nem é denotado que a humanidade ou a animalidade seja em Sócrates, e nem que o homem ou o animal sejam em Sócrates, e nem que o homem ou o animal sejam da essência ou da quiddidade de Sócrates ou do intelecto quidditativo de Sócrates, mas é denotado sim que Sócrates verdadeiramente é um homem e verdadeiramente é um animal. Não, com efeito, que Sócrates seja este predicado ‘homem’ ou este predicado ‘animal’, mas é denotado que há alguma coisa, pela qual está ou supõe este predicado ‘homem’ e este predicado ‘animal’, porque ambos aqueles predicados estão por Sócrates.

A partir disso fica evidente que todas [proposições] tais em sentido literal (*de virtute sermonis*) são falsas: ‘homem é da quiddidade de Sócrates’, ‘homem é da essência de Sócrates’, ‘a humanidade está em Sócrates’, ‘Sócrates tem a humanidade’, ‘Sócrates é o homem pela humanidade’, e muitas proposições afins, as quais como que são concedidas por todos. A falsidade delas fica evidente; pois eu tomo uma dessas, a saber, esta [proposição] ‘a humanidade está em Sócrates’, e pergunto pelo que está esta humanidade? Ou bem pela coisa ou pela intenção, isto é, ou bem é denotada por meio desta [expressão] que a coisa fora da alma é em Sócrates, ou que a intenção da alma é em Sócrates. Se ela supõe pela coisa, pergunto por que coisa? Ou bem por Sócrates, ou por uma parte de Sócrates ou pela coisa que nem é Sócrates nem uma parte de Sócrates. Se [ela supõe] por Sócrates, então ela é falsa,

porque coisa nenhuma que é Sócrates é em Sócrates, porque Sócrates não é em Sócrates, muito embora Sócrates seja Sócrates. E, do mesmo modo, a humanidade não está em Sócrates, mas é Sócrates, se a humanidade supõe pela coisa que é Sócrates. Se, porém, a humanidade está pela coisa que é uma parte de Sócrates, isto é falso, porque toda e qualquer coisa que é parte de Sócrates ou é matéria, ou é forma ou é composto de matéria e forma, e uma única forma do homem e não uma outra, ou é parte integral de Sócrates. Mas, nenhuma de tais partes é a humanidade, assim como fica evidente indutivamente: porque a alma intelectiva não é a humanidade. Pois, do contrário, a verdadeira humanidade teria permanecido em Cristo no espaço de três dias (*in triduo*), e verdadeiramente a humanidade teria sido unida ao Verbo no espaço de três dias, e, por conseguinte, ele teria sido verdadeiramente homem, o que é falso. Semelhantemente, nem a matéria é a humanidade, nem o corpo de Sócrates é a humanidade, nem o pé, nem a cabeça, e assim sobre as demais partes de Sócrates, porque nenhuma parte de Sócrates é a humanidade, mas tão somente uma parte da humanidade, e, por conseguinte, a ‘humanidade’ não pode supor por uma parte de Sócrates. Se [aquela expressão] supõe pela coisa que não é nem Sócrates e nem uma parte de Sócrates, visto que tal coisa não é senão um acidente ou alguma outra coisa que não é em Sócrates, ‘humanidade’ suporia por um acidente ou por alguma outra coisa que nem é Sócrates nem parte de Sócrates, o que é manifesto que é falso. Se, porém, a ‘humanidade’ supõe por uma intenção da alma, então [aquela proposição] é manifestamente falsa, porque a intenção da alma não é em Sócrates. E deste modo fica evidente que esta [proposição] ‘a humanidade está em Sócrates’ é totalmente falsa.

Do mesmo modo pode ser argumentado sobre todas aquelas outras [proposições], porque se o homem ou a humanidade são da essência de Sócrates, pergunto: pelo que supõe aquele homem ou a humanidade? Ou bem por Sócrates, e então seria denotado [ou: expreso] que Sócrates seria da essência de Sócrates, o que não é verdade. Se supõe por uma coisa diferente de Sócrates: ou bem, portanto, por uma parte de Sócrates, e isto não [pode ser o caso], porque nenhuma parte de Sócrates é o homem ou a humanidade; se por uma coisa diferente, que não é nem Sócrates nem uma parte de Sócrates, fica evidente que tal coisa não é o homem nem a humanidade, a não ser que seja Platão, João ou algum outro homem, e é manifesto que nenhum homem diferente de Sócrates é da essência de Sócrates. Se, porém, supõe por uma intenção da alma ou por uma palavra, é manifesto que então não é da essência

de Sócrates. E, deste modo, fica evidente que todas [proposições] tais são falsas em sentido literal (*de virtute sermonis*).

E caso seja dito que a humanidade é em Sócrates e é da essência de Sócrates e, contudo, nem é Sócrates, nem matéria, nem forma, nem parte integral, mas sim uma natureza comum, que compõe com a diferenciação individual de Sócrates, e deste modo é uma parte de Sócrates, mas não é nem matéria nem forma:

Contra esta opinião, argumenta-se de muitas maneiras, em diversos locais, a saber, no primeiro Livro das *Sentenças*,<sup>18</sup> no Livro de *Porfírio*<sup>19</sup> e no Livro dos *Predicamentos*,<sup>20</sup> e elaboro alguns argumentos, presentemente, contra a [opinião].<sup>21</sup>

Primeiramente, assim:<sup>22</sup> porque se a humanidade é uma coisa diferente dos singulares e é da essência das coisas singulares, o mesmo, portanto, não seria variado em muitos singulares, e deste modo o mesmo não variado naturalmente, sem um milagre, seria em muitos lugares distintos; e isto é manifesto que é falso.

Semelhantemente, então o mesmo, não variado, seria condenado em Judas e salvo em Cristo, e, deste modo, seria algo mísero e condenado em Cristo, o que é absurdo.

Semelhantemente, então Deus não poderia aniquilar algum indivíduo a não ser que aniquilasse ou destruísse todos os indivíduos do mesmo gênero, porque, quando alguém é aniquilado nada dele permanece, e, por conseguinte, tal natureza comum não permanece, e nem, por conseguinte, algum indivíduo no qual está permanece, e, deste modo, todo e qualquer indivíduo [do mesmo gênero] seria aniquilado ou destruído.

Além disso, tomo aquela humanidade que pões em Sócrates e em todo outro homem, e a asnidade (*asinitatem*) que pões em todo asno, e seja chamada aquela humanidade *a*, de modo que *a*, precisamente, esteja por aquela humanidade; e aquela asnidade seja chamada *b*, de modo que *b*, precisamente, esteja por aquela asnidade. Então pergunto: ou bem *a* e *b* são, precisamente, duas coisas, ou mais que duas, ou não são várias coisas. Não pode ser dito que

<sup>18</sup> Guillelmus de Ockham, *Scriptum in I Sent.*, I, d. 2, q. 6, ed. St Bonaventure N. Y., II, pp.160-224.

<sup>19</sup> Idem, *Expositio in librum Porphyrii de Praedicabilibus*, cap. 1, ed. E. A. Moody, St. Bonaventure, N. Y. 1965, pp. 10-15.

<sup>20</sup> Idem, *Expositio in librum Praedicamentorum Aristot.*, cap. 8, ad textum: *Substantia autem*, ed. Bononiae 1496.

<sup>21</sup> Também acima, Parte I, c. 14-17, Ockham fez muitos argumentos contra esta opinião.

<sup>22</sup> Cf. os argumento de Henrique de Harclay em G. Gál, **Henricus de Harclay: Quaestio de significato conceptus universalis** (Fons doctrinae Guillelmi de Ockham), *Franciscan Studies*, XXXI (1970), pp. 178-234.

são várias coisas, porque, então, necessariamente ou são uma coisa, ou nem *a* nem *b*, ou *a* não é uma coisa, ou *b* não é uma coisa. O primeiro não pode ocorrer, [e isto] é manifesto, também segundo os que põem assim [o caso]; e nem o segundo [pode ocorrer], porque eles negam isto, porque não é uma razão maior que *b* não seja uma coisa que *a* não seja uma coisa, e nem o inverso. Logo, é preciso, necessariamente, dar-se que *a* e *b* são várias coisas. E não pode ser dito que são mais que duas coisas, porque se são mais que duas coisas, e não são mais coisas universais que duas, são, portanto, mais coisas singulares e, por conseguinte, não são distinguidas pura e simplesmente das coisas singulares. Resta, portanto, que são duas coisas e não mais, e por conseguinte cada uma delas é uma em número, porque ambas, deste modo, serão uma coisa, pois não [são] muitas; e ser um pelo número é, a saber, ser uma coisa e não muitas, pois esta deve ser a descrição do um pelo número. Porque, sendo esta [definição] negada, eu direi tão facilmente que Sócrates não é um pelo número quanto que é um e não muitos.

Donde segundo a intenção do Filósofo e segundo a verdade da coisa jamais este predicado ‘ser um pela espécie’ ou ‘ser um ou o mesmo pelo gênero’ é dito senão de um indivíduo ou de indivíduos, dos quais todo e qualquer é um pelo número. Donde estas [proposições] ‘Sócrates e Platão são um pela espécie’, ‘Sócrates e este asno são pelo gênero’ são verdadeiras; e não há uma outra coisa além de indivíduos que seja uma pela espécie ou pelo gênero. Consta desta maneira que aquela humanidade que é posta em todo homem é uma coisa e não muitas, e, por conseguinte, é uma pelo número; e, a partir disso, segue-se que uma coisa uma pelo número seria em todo homem.

Quantos aos argumentos, porém, que parecem ser contra esta opinião, calculo suficientemente respondido por mim, em outro lugar.<sup>23</sup>

E tampouco é válido dizer que a humanidade de Sócrates não é realmente distinguida de Sócrates, mas apenas formalmente, porque tal distinção não deve ser posta nas criaturas, embora possa, de algum modo, ser posta nas [pessoas] divinas. E isto porque nas criaturas é impossível encontrar uma coisa uma pelo número que seja realmente muitas coisas e todas e quaisquer destas, assim como é em Deus; pois em Deus a essência divina é três pessoas e toda e qualquer destas pessoas, e, contudo, uma pessoa não é a outra. E não é outra coisa dizer que

---

<sup>23</sup> A saber, nas obras acima, notas 19-22, citadas.

a essência e a pessoa são distinguidas formalmente, segundo o entendimento verdadeiro, senão que a essência é três pessoas e uma pessoa não é três pessoas. Semelhantemente, nenhuma outra coisa entendo por esta [proposição] ‘a essência e a paternidade são distinguidas formalmente’ senão esta proposição ‘a essência é a filiação e a paternidade não é a filiação, e, contudo, a essência é a paternidade. Semelhantemente, que a paternidade e a espiração ativa são distintas formalmente não é outra coisa que dizer que a paternidade não é a filiação e que a espiração ativa é a filiação, e, contudo, que a paternidade é a espiração ativa’.

E, deste modo, universalmente, ser verificado de alguns [entes] ‘que eles são distintos formalmente’ não é outra coisa que, de um destes, ser verdadeiramente afirmado algo ou verdadeiramente negado do restante, e, contudo, um daqueles é verdadeiramente afirmado do restante, sem variação nenhuma ou equivocação de algum ou verificação em diversos, assim como acontece nos particulares e nos indefinidos.

Mas, isto não pode jamais ocorrer senão quando uma coisa simples é muitas coisas, assim como uma única essência divina é três pessoas, e uma única espiração ativa é a paternidade e a filiação. E porque isto não pode acontecer nas criaturas, a saber, que uma única coisa seja muitas coisas e toda e qualquer destas, por isso mesmo, nas criaturas, não deve ser posta a distinção formal. E, deste modo, fica evidente que não deve ser dito que a humanidade de Sócrates é formalmente distinta de Sócrates, e não realmente [distinta]; e, pelo mesmo modo se dá quanto a tais [proposições] ‘a animalidade é distinta do homem’, e assim quanto aos demais casos. Que, porém, tal distinção formal não deve ser posta nas criaturas, isso eu provei no primeiro livro das *Sentenças*, na segunda distinção.<sup>24</sup>

Recebido em 30.Abr.2013  
Aceito em 30.Jun.2013

---

<sup>24</sup> Guillelmus de Ockham, *Scriptum in I Sent.*, d. 2, qq. 1 et 6, ed. St. Bonaventure N. Y., II, 17-20, pp. 160-224.